

EDUCAÇÃO KUPÊ E COSMOLOGIA PANHĨ: DIFÍCIL RELAÇÃO?

APINAJÉ¹, Júlio Kamêr Ribeiro
Pesquisador da Ação ‘Saberes Indígenas na Escola’

PRĨHÃ KWÿ JARĒNH

Pêr hã kagàja kôt kagàjahkrexwýnhjaja kot mēpahte amnhĩ nhĩpêx nê paxàhpumunh tânopxar nê kôt hakop. Nê kupê xàhpumunh xàmnhênh kutã paxihtýx nê kutã kãm mēpahte amnhĩ nhĩpêx nê pajamaxpêr ho amnhĩ rĩt kamã paxihtýx nê. Pumê ma kupê xàhpumunh kaêx mã amnhĩ jagjê nê paxihtýx rãhã nê paxirerek kêt nê. Na pumê kormã mē kuxwar kagàjahkrexàja kôt pajamaxpêr o mō nê prĩhã ri akop. Kêr pumê pajamaxpêr mē pahte amnhĩ nhĩpêx kayr o mō. Mêh Panhĩjê xàhpumunh nê mãanên kupê xàhpumunhja. Ixkapêrja kôt “estado” tãm amaxpêr nê mē paxujahkreja pumunh nê tanhmã harênh to kêt. Kot mēmoj punuj tanhmã kute nhũm kormã mē pajarê. Tã paxàhpumunhja piitã kamã ãm nhãm ri axpên mã pakujate.

Kagà pàrkrax: Panhĩ xujahkre nê papxà, Kagà pumunh, kupê xàhpumunh.

RESUMO

O artigo indaga e preceitua a participação e docência na política de educação escolar indígena no universo do sistema do estado onde regem suas hierarquias, na produção de uma educação escolar referente aos indígenas, onde o povo Panhĩ está em processo de apropriação e construção do seu modo próprio de elaborar e desenvolver suas tecnologias tradicionais científicas ou não científicas. Discuto as possibilidades de o estado ser mais flexível em adentrar de fato nas questões pedagógicas, na prática onde as crianças Panhĩ estão aprendendo os conhecimentos formais e não formais no âmbito de convergências e processos políticos educacionais.

Palavras chaves: Educação e Território Panhĩ. Alfabetização. Políticas de estado.

1 Rede UFG/UFT/UFMA. Professor de Educação Básica. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social em 2017, pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

ABSTRACT

The article inquires and precepts the participation of teaching in the policy of indigenous school education in the universe of the state system where it rules its hierarquies in the production of a school education referring to the natives, where these Panhĩ people are in the process of appropriation and construction of their own way of Develop and develop their traditional scientific or non-scientific technologies. I discuss the possibilities for the state to be more flexible in actually addressing the pedagogical issues in practice where Panhĩ children are learning formal and non-formal knowledge within the framework of educational policy convergences and processes.

Key words: Education and Territory Panhĩ. Literacy. State policies.

INTRODUÇÃO

Atualmente os indígenas do Brasil estão assumindo de fato as suas organizações sociopolíticas e socioculturais internas e externas, em suas relações com a sociedade não-indígena, casos que antes não aconteciam. Hoje os indígenas estão sendo protagonistas de suas próprias histórias, conduzindo os modos próprios de pensar e de executar suas atividades sociais ou políticas. O povo Panhĩ Apinajé está localizado no norte do estado de Tocantins, no município de Tocantinópolis. É um povo nobre e pacífico.

O Panhĩ Apinajé tem sua própria organização social e política, mas vem se organizando também na concepção política Kupẽ (não indígena). Nessa ocasião as lideranças decidiram então em criar uma organização por meio de uma representação institucional que responde pelo Panhĩ como um todo. Essa organização chama-se “União das Aldeias Apinajé – Pempxa” e possui existência legal como pessoa jurídica com CNPJ. Sua fundação foi em três de março de 2009, na terra indígena Apinajé. Seu objetivo é intervir junto aos órgãos governamentais e não governamentais para tentar defender o território e a cultura do povo Panhĩ, lutando se preciso for para embargar obras ou empreendimentos no entorno do território. É um único jeito de tentar proteger o nosso pequeno espaço territorial.

A sobrevivência do povo Panhĩ Apinajé depende de elementos fundamentais da natureza como flora, fauna e a água. Para existência desses subsídios é necessário que haja terra. Não havendo esta, não tem como a população indígena sobreviver, desenvolver e produzir

e reproduzir seus conhecimentos milenares, nessa luta constante em relação ao território indígena.

A sociedade não indígena nunca compreende que a sociedade indígena e os territórios tradicionais estão ligados espiritualmente e que são coisas acopladas. Verificamos quanto o território Apinajé é ameaçado pelas grandes plantações de eucalipto e de outras plantações que virão. É uma ameaça para extinção das nascentes que estão próximas a essas plantações e muita devastação de chapadas no entorno do território. Provavelmente a comunidade Panhã sofrerá as consequências. Não temos mais fôlego apenas para falar. O único jeito é tentar interferir no sistema do governo, para que se ache alguma solução. Enquanto isso vamos refletindo e descrevendo as nossas idéias para convencer o público de que ninguém sobrevive sem terra ou outros elementos da natureza.

O Brasil é considerado o pulmão do mundo. Nós seres humanos somos microorganismos vivos saudáveis da terra. Com certeza a futura geração pagará muito caro por atitudes de algumas pessoas. Percebe-se que, depois da criação da Barragem de Belo Monte, muitos lugares do rio Xingu que não secavam agora estão secando e muitos dos microorganismos aquáticos e terrestres já estão sentindo as consequências. Será que a sociedade dita “civil” ouviu as comunidades indígenas e outras populações? Claro que não! Ninguém se preocupou em atender ao anseio dessa comunidade. Simplesmente agrediram violentamente com forças armadas como se fossem Talibã, Estado Islâmico, Afeganistão, Iraque. Os nossos conhecimentos indígenas, eles são considerados inferiores, tanto é que construíram a barragem em nome do bendito “capitalismo” e do “desenvolvimento”.

Esses e muitos outros fatores que acontecem com a população indígena não nos impedem de adentrarmos no sistema político do governo federal. Somos iguais à sociedade não indígena, e diferentes, no pensamento e nas atitudes. Se os políticos brasileiros de todas as instancias, esferas municipal, estadual e federal, pensassem na população brasileira, o país estaria tranquilo e bem de vida. Como não pensaram no passado e nem pensam atualmente, estamos vivendo esse caos atualmente. O governo acha que pode tudo. Mas tudo tem responsabilidades e consequências positivas e negativas. O pensamento não indígena, ele é tudo isolado. Por isso não consegue assimilar e compreender a grandeza da diversidade ambiental e social.

1. Escola Panhĩ - Política e Pedagógica

Processos educativos são inerentes a qualquer sociedade humana, pois é por meio deles, que as sociedades produzem, reproduzem e difundem os conhecimentos e valores que garantem sua continuidade histórica.

Gersem Luciano Baniwa dos Santos (2013, pag. 43)

A Escola Estadual Indígena Tekator, localizada na aldeia Mariazinha, município de Tocantinópolis, iniciou suas atividades na década de 1980, quando estava a cargo da FUNAI. A partir do ano de 2001, passou a ser gerida pelo Governo do Estado do Tocantins, através do decreto governamental 1.196, de 28 de maio de 2001, posteriormente regularizada pela resolução nº 79, de 17 de junho de 2003. Esse órgão está bem legitimado, obedecendo às suas normas legais. São órgãos ou setores gerenciadores da educação escolar indígena, que por sua vez contratam professores Panhĩ para conduzir conteúdos da sua própria realidade. Em muitos dos casos onde há poucos professores Panhĩ, a idéia pedagógica kupẽ predomina naquela unidade escolar.

Quando surge alguma idéia de um professor Panhĩ, os Kupẽ que estão gerenciando a educação criam obstáculos para não acontecerem certas atividades pedagógicas e socioculturais, indo além das burocracias que existem. As diretivas estaduais ou federais não permitem que o processo próprio de organizar tais atividades ou políticas seja realizado, mesmo diante da constituição brasileira, do Artigo 210, que garante aos povos indígenas, “o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (MEC, 1998: 32).

É uma falta de credibilidade tão grande que o próprio órgão gerenciador não reconhece as práticas indígenas. O próprio sistema do estado é tão violento e minucioso a ponto de não aceitar a idéia de que os próprios indígenas tenham autonomia para executar suas práticas educativas, como nas palavras de Gersem Baniwa.

(...) uma educação que busca garantir o fortalecimento e a continuidade do sistema de saber próprios a cada povo indígena, bem como a necessária e desejável complementaridade de conhecimentos científicos e tecnológico (2013. p 44)

No mundo da globalização, as escolas e as organizações políticas estão se atualizando com eficácia para conduzir e defender suas próprias idéias, como está acontecendo com a entidade Pempxa. Ela está sempre manifestando e reivindicando junto ao Ministério Público Federal para intervir e dialogar nas situações que ocorrem no interior da área ou ao seu entorno.

Seguindo essa concepção de decisão política a Escola Indígena Tekator vem resistindo e divulgando a sua forma de trabalhar as questões políticas e pedagógicas desde 2011. A escola como prédio, e professores como pessoas, da forma como está organizada, nunca vão fazer parte daquela comunidade ou aldeia. Muito menos a aldeia fará parte dela. A escola deveria acompanhar as manifestações e comportamentos políticos e sociais da aldeia e não o contrário.

Ninguém manda, no contexto Panhĩ. Apenas participam das atividades cotidianas na aldeia. A estrutura escolar não tem capacidade de atender à demanda social Panhĩ. O único jeito é ela acompanhar o ritmo da aldeia, apenas com diálogo equilibrado sem interferir na organização do outro. Os professores Kupẽ estão ali de fato isolados, apenas preocupados com o seu modo de entender as coisas do seu mundo, e não questionam, mas sim apenas criticam que não está agradável. Segundo explica Gersem Baniwa

Centradas num modelo cultural hegemônico e na necessidade de manter sob controle o diferente, a sociedade ocidental construiu uma prática pedagógica única e centralizadora. (2013. pág. 45)

Por esse aspecto a Escola Tekator realizou o primeiro grande e importante evento em 2011, denominado Panhĩ Kapẽr “Amnhĩkati kamã na htem axwỳj ahpumu” (Brincando também se aprende), realizado na aldeia Botica. A escola não teve condições suficientes para atender à participação social da comunidade, alegando que não haveria alimentação para suprir a participação de todos.

Mas não é isso o que mais incomoda. É a gestão não indígena que não permite que a escola e a comunidade dialoguem entre si. Não articulam para que isso aconteça, mas reclamam que a comunidade não participa da escola. Há uma controvérsia e uma contradição nessas afirmações. Encontro como esse que aconteceu é o momento de oportunidade para que os adultos ou anciãos discutam sobre suas atividades culturais e da forma como elas estão sendo realizadas,

assim analisam e elaboram uma nova prática metodológica. Se a escola não participa, não se desenvolverá.

São tantas demandas por parte do estado (SEDUC) que sobrecarregam os professores na aldeia, cobrando e exigindo resultados quantitativos. Quando não há resultado culpam o corpo docente. Sabemos que tem formações: educação intercultural, formações continuadas e magistério indígena. Isso é um apoio de qualificação pessoal. Mas não há uma formação coletiva onde o docente possa executar suas práticas pedagógicas com sucesso. Claro que são ferramentas fundamentais, mas é necessário acompanhamento de perto para ver o comportamento dos estudantes em relação aos conhecimentos adquiridos durante as formações.

Diante da situação real, a escola Tekator e escolas adjacentes como Kagàpxi, Kòkre, Tàmjàk, Pèpkro se organizaram e realizaram o projeto *Processo de Educação e Introdução à Alfabetização na Língua² Panhĩ kapër*; tocando no dilema docente que é “discutindo a prática pedagógica”. Essa discussão deu origem, em junho de 2016, ao incentivo junto à equipe de professores Panhĩ da primeira fase do ensino fundamental, para uma reflexão mais profunda. Este procedimento para rever o processo de aprendizagem foi uma atividade agradável e lúdica. Esta nomenclatura foi de autoria de um professor indígena, na busca de discutir com os professores Panhĩ a prática pedagógica tradicional e os conhecimentos científicos. Nessa ocasião a escola realizou o terceiro encontro do curso *Alfabetização na Língua Panhĩ kapër*, em fevereiro de 2017, com contribuição da UFT de Porto Nacional.

Com a demanda de realização da alfabetização pelos conhecimentos, foi que esse curso se realizou, pela Ação ‘Saberes Indígenas na Escola’, em fevereiro de 2017, na escola Tekator. Na ocasião os professores relataram que há uma carência crítica de material pedagógico para alfabetização da primeira fase do ensino fundamental, havendo, entretanto, imenso material Kupê, o qual não tem muita ligação com a realidade Panhĩ. Sugeriram que analisássemos e produzíssemos material pedagógico em que eles mesmos pudessem expressar sua capacidade de entender a leitura visual com base na sua concepção cosmológico.

Assim, os professores trabalharam a história do Nhõêti Jarênh “Saga de Nhõêti” de forma que interpretaram e ilustraram a história

2 Coordenador do projeto, Júlio Kamêr Ribeiro Apinajé. Este projeto se tornou curso da Escola Tekator a principio.

como forma de demonstrar o interesse em mudar a concepção pedagógica dentro da sua expectativa de compreender as ciências tradicionais e científicas. Nesta narrativa, a história relata formas de comportamento e atitude em relação à organização social. Isso demonstra o quanto se aprende pela história, na tradição Panhĩ.

Para os experientes ou anciãos da aldeia, eles percebem que os professores ou alunos em muitos dos casos só têm domínio da escrita e não conhecimento prático como história e sua cosmologia.

Por meio das histórias o planejamento auxilia em nossas reflexões pedagógicas, enquanto professores necessitam de fazer pesquisas para adquirir mais conhecimentos sobre nossa cultura e principalmente o nosso vocabulário em Panhĩ Kapêr. Tanto é que alguns dos professores ou participantes se auto criticaram. Disse o professor Sandro Pêpkrãkahĩ da escola Kagàpxi:

que oferta a 1ª fase do ensino fundamental, ela não tem material pedagógico específico para trabalhar com os alunos. “O que mais trabalhamos é a escrita. Não temos suporte pedagógico” [...].(Relatório do 3º encontro de formação de professores pelo curso Processo de Educação e Introdução à Alfabetização na Língua Panhĩ kapêr. Na escola Tekator, fevereiro de 2017).

Vilson Corredor, professor da escola Tekator, afirma que

este encontro é propício para a discussão em relação ao material didático pedagógico onde os alunos têm a oportunidade de se alfabetizar pelas histórias e conhecimento da sua própria realidade, é um processo de alfabetização pelos conhecimentos. (Relatório do 3º encontro de formação de professores pelo curso Processo de Educação e Introdução à Alfabetização na Língua Panhĩ kapêr. Na escola Tekator, fevereiro de 2017).

A falta de material pedagógico específico para essa fase e também a ausência de cantoria, como afirma o Juliano Nhĩnô, que se considera um cantador jovem, e ainda não se considera cantador profissional:

é necessário pesquisar e aprender, mais com o ancião. (Relatório do 3º encontro de formação de professores pelo curso Processo de Educação e Introdução à Alfabetização na Língua Panhĩ kapër. Na escola Tekator, fevereiro de 2017).

Atualmente tem uma deficiência em relação aos conhecimentos culturais na escola. Os professores não estão sabendo conduzir a aprendizagem pedagógica onde entra em choque com os saberes tradicionais. Isso está bem visível na fala da ex-professora Rosilene Fernandes Costa da aldeia Riachinho em 2011. Ela disse que não sabia cantar, mas está aprendendo

[...] há uma carência muito grande de cantoria na sala de aula. O professor deve ir buscar e ensinar as crianças para que possam aprender a cantar desde cedo, pois depois de grande ficam com vergonha. Os professores Panhĩ dizem que há muitas dificuldades de aprender a escrita e leitura, mas é simples aprender as duas línguas ao mesmo tempo. Aprende-se brincando com facilidade apresentando o seu conhecimento, instrução e orientação do professor. A língua materna e portuguesa é muito importante. Se não ensinar, a criança não aprende. Os jovens de hoje não tem incentivo a aprender cantoria e que por isso só ouvem música não indígena. (Relatório do 3º encontro de formação de professores pelo curso Processo de Educação e Introdução à Alfabetização na Língua Panhĩ kapër. Na escola Tekator, fevereiro de 2017).

Na medida em que o professor indígena assume de fato e percebe que a educação escolar de seu povo precisa mudar deve mudar sim e trabalhar e formar seus jovens para sua vida real onde devem continuar fortalecendo seus ideais.

É um momento de reflexão onde possamos analisar e rever o processo de alfabetização na língua Panhĩ kapër, verificando e conversando sobre os pontos negativos e positivos para melhorar a prática de alfabetização pelos conhecimentos.

Para a professora Percilia Gãp, da escola Tãmkaç,

esta atividade que o coordenador do curso esta realizando pelo programa saberes esta sendo de grande importância. Mudou sua visão a partir do

momento quando começou o curso na UFG, com o curso de Formação Superior Indígena e quer continuar refletindo e discutindo novos paradigmas com a nossa educação escolar indígena. “Se não valorizarmos a nossa cultura, quem pode valorizar?”, questiona ela. Devemos pesquisar mais o ancião, por isso esse projeto é muito interessante. (Relatório do 3º encontro de formação de professores pelo curso Processo de Educação e Introdução à Alfabetização na Língua Panhĩ kapêr. Na escola Tekator, fevereiro de 2017).

Na reflexão do Alexandre Kamêr, conhecido como “Zé Cabelo”, contadista pela Ação “Saberes Indígena na Escola”, e cantador profissional do Panhĩ Apinajê, a iniciativa desse projeto está revivendo algumas coisas da nossa cultura. Está habilitando as crianças aprenderem a cantar e propor novas metodologias de trabalhar e incentivar a participação dos alunos/jovens nas atividades socioculturais.

É tão difícil compreender a educação escolar indígena sociocultural que ainda se esbarra na concepção sistemática do estado. O estado se preocupa em quantidades e não com qualidades. A escola conta com projeto Gernhõxwỳnh Nywjê,³ no qual três jovens foram selecionados e que estão aprendendo o contexto da cantoria. São dois grandes projetos socioeducativos que a escola e a comunidade vêm desenvolvendo. Mesmo assim as burocracias do estado não admitem que a própria escola realize suas atividades pedagógicas. As atividades escolares só são válidas quando algum órgão participa, não sendo ela não é reconhecido pelo seu próprio órgão gerenciador.

Nesse contexto sócio-histórico, a escola aparece como um instrumento importante para gerar oportunidades que conduzam os povos indígenas a um novo patamar de vida nos cenários local, regional, nacional e global. Gersem Baniwa (Ano 2013, p. 177)

3 Compreensão literária: Fortalecimento da Cantoria entre os jovens nos Rituais Apinajê. Criado em outubro de 2015.

CONCLUSÃO

Diante deste contexto político cosmológico e socioeducativo, nos chamam a atenção, por uma grande área de abrangência, “a educação e o território”, que são dois dilemas importantes que conduzem na perspectiva de criar mecanismos e adentrar junto ao sistema do governo, quanto à prática pedagógica que possam entender de fato que haja uma compreensão equilibrada em relação aos paradigmas educativas Panhã.

A obrigação do estado investir nas ações sócio-socioeducativas na aldeia para que possam dialogar os conhecimentos e saberes intra e intercultural com intuito de melhorar a qualificação de educação aprendizagem e ensino, porque escola prédio é um mero objeto na aldeia. No entanto o indígena se apropria dessa ferramenta para criar suas políticas e fortalecer suas organizações mediante o sistema do governo.

A sociedade indígena principalmente o Panhã Apinajé busca definir o seu método próprio de educar e formar seus mēnywjê (jovens) dentro da sua realidade.

SITES ACESSADOS

<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2016/07/usina-de-belo-monte-causa-impactos-ambientais-e-sociais-em-altamira-pa.html> acesso 10 de março de 2017, as 14:13.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *Educação para manejo de mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro* – Rio de Janeiro: Contra capa; Laced, 2013. 229 p. (Os primeiros brasileiros, Vol. 4)

_____. *Antropologia e Educação Escolar Indígena. Educação para manejo de mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro* – Rio de Janeiro: Contra capa; Laced, 2013. 43, 44, 45 p. (Os primeiros brasileiros, Vol. 4).

_____. *Reconhecimento, autonomia e manejo do mundo: o desafio político das pedagogias indígenas. Educação para manejo de mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro* – Rio de Janeiro: Contra capa; Laced, 2013. 177 p. (Os primeiros brasileiros, Vol. 4).